



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL

REQUERIMENTO Nº , DE 2023

(Do Sr. **Marcos Pollon**)

Requer a realização de Audiência Pública para debater a possibilidade de desapropriação de propriedades rurais produtivas, à luz da Constituição Federal.

Senhor presidente,

Requeiro a V. Ex^a., com base Art. 255, do Regimento Interno, audiência pública da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, para debater a possibilidade de desapropriação de propriedades rurais produtivas, à luz da Constituição Federal.

Solicito que sejam convidados:

- Representante da Frente Parlamentar da Agropecuária – FPA;
- Representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária – CNA;
- Celso Pess Junior, Presidente da Associação dos Produtores de Sementes e Mudanças de Mato Grosso do Sul;
- Gutemberg Carvalho Silveira, Vice-Presidente da Associação dos Produtores de Sementes de Mato Grosso – Aprosmat;
- Alessandro Oliva Coelho, Presidente do Sindicato Rural de Campo Grande/MS;
- Dr. Felipe Di Benedetto, Advogado especialista em Direito Agrário.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

JUSTIFICAÇÃO

A proposta deste requerimento de audiência pública nasce da necessidade de promover um debate essencial e oportuno sobre a recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que, por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3865, reconheceu a possibilidade de desapropriação de terras produtivas. Essa decisão, tomada de forma unânime, desencadeou uma série de questões de grande relevância, tanto em termos constitucionais quanto em relação aos direitos dos produtores rurais.

Um dos principais pontos de discussão diz respeito à interpretação da Constituição Federal, especialmente o artigo 185, inciso II, que estabelece a proteção da propriedade rural produtiva contra desapropriação para fins de reforma agrária. Esta interpretação da Constituição representa um ponto central de debate, uma vez que tem implicações profundas na relação entre o Estado e os proprietários de terras produtivas.

Além disso, a controvérsia se estende à natureza do poder constituinte originário e sua relação com o controle de constitucionalidade. A ação do STF, ao dar uma interpretação conforme a Constituição, levanta questões sobre os limites do controle de constitucionalidade, especialmente quando se trata do poder constituinte originário, considerado ilimitado.

Outra dimensão crítica dessa decisão está relacionada aos impactos diretos nos produtores rurais. Agora, eles enfrentam a perspectiva de uma avaliação discricionária por parte do poder judiciário em relação à produtividade de suas terras. Essa insegurança jurídica resultante afeta diretamente a vida no campo, considerando os desafios comuns enfrentados pelos produtores, como variações nos preços de produtos agrícolas, formação de cartéis e invasões de terras.

É importante notar que, diante desse cenário, é imperativo que a sociedade e os legisladores examinem os impactos da decisão do STF e considerem a necessidade de eventuais ajustes legislativos. A audiência pública proposta oferecerá uma plataforma para discutir esses impactos e





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

explorar possíveis soluções que garantam tanto a proteção da propriedade rural produtiva quanto o cumprimento das obrigações sociais.

Portanto, por meio desta audiência pública, almejamos fomentar um diálogo amplo e informado sobre a desapropriação de terras produtivas à luz da recente decisão do STF. A participação de todos os interessados é fundamental para a construção de soluções que respeitem os princípios constitucionais, promovam a segurança jurídica no campo e protejam os direitos dos produtores rurais. Contamos com o apoio de todos para a aprovação deste requerimento e a realização do debate.

Sala da comissão, em 20 de setembro de 2023.

Deputado Federal Marcos Pollon

PL-MS

